

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.404 - DF (2019/0321671-1)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : UNIÃO  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE MANICORE  
**ADVOGADOS** : JOÃO LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - BA006793  
EDVALDO NILO DE ALMEIDA - DF029502  
JULIO TACIO ANDRADE LOPES DE OLIVEIRA - BA031430  
ALEXANDRE VICENTE DE PAULA ALMEIDA - DF053132

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA EXTINTIVA DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO: CAUSALIDADE DECORRENTE DE VETO PRESIDENCIAL. VERBA HONORÁRIA.

1. A Lei 13.254/2016 instituiu o regime especial de regularização cambial e tributária, estabelecendo que toda a arrecadação do imposto de renda e multa componha o FPM/FPE.
2. Em virtude de veto presidencial do § 1º do art. 8º praticado pelo seu agente político máximo, a União deu causa a numerosas ações em todo o País. O litígio somente foi solucionado com a edição da Medida Provisória 753 de 19.12.2016, que restabeleceu o direito assegurado no § 1º do art. 8º da Lei 13.254/2016. Isso decorreu de uma grande negociação entre o Poder Executivo da União e Governadores de Estado, como se lê no site do Planalto/Presidência da República de 20.12.2016.
3. Veto presidencial não é ato legislativo abstrato. Desse modo, tendo a União/ré dado causa ao ajuizamento da presente ação, deve pagar a verba honorária, nos termos do art. 85, § 10, do NCPC ("Nos casos de perda de objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo").
4. Apelação do município/autor provida" (fl. 719e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais foram parcialmente acolhidos, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SENTENÇA EXTINTIVA DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO

DO MÉRITO: CAUSALIDADE DECORRENTE DE VETO PRESIDENCIAL. VERBA HONORÁRIA.

1. Embora a ré tenha sido citada depois da publicação da MP 753/2016, ainda assim é cabível a verba honorária estabelecida no acórdão embargado. Esse encargo somente seria indevido se o ajuizamento fosse posterior a essa medida provisória.
2. Reformada a sentença proferida (abril/2017) na vigência do NCPC, o acórdão recorrido fixou a verba honorária sobre o valor atualizado da causa nos percentuais mínimos a que se referem as faixas do art. 85, § 3º, do CPC. Se a parte discorda disso, que interponha o recurso adequado para que prevaleça o seu entendimento.
3. Embargos declaratórios da União/ré parcialmente providos sem efeito infringente" (fl. 734e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos **arts. 85, §10 e 485 do CPC/2015, 6º, § 6º e 8º da Lei 13.254/2016, e 1º da MP 753/2016**, sustentando que "a União não deu causa ao ajuizamento da ação, tampouco à perda superveniente do objeto, e, portanto, não pode ser responsabilizada pelos honorários advocatícios em favor do representante da parte contrária" (fl. 742e).

Apresentadas contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem.

A irrisignação merece prosperar em parte.

Na origem, "trata-se de ação ordinária, com pedido de tutela de urgência, ajuizada pelo Município de Manicoré/AM contra a União, objetivando determinação para inclusão dos valores arrecadados a título de multa pela Lei 13.254/16 na base de cálculo das transferências constitucionais previstas no art. 159, I, da CR, por se tratar de multa moratória inserta no crédito tributário de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, devida em razão de seu inadimplemento" (fl. 91e).

Julgada extinta a demanda, sem resolução do mérito, diante da perda de seu objeto, em face da edição da MP 753/2016, recorreu o autor, tendo o Tribunal regional dado provimento à sua Apelação, para condenar a União ao pagamento de honorários advocatícios.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"A Lei 13.254/2016 instituiu o regime especial de regularização cambial e tributária, estabelecendo que toda a arrecadação do imposto de renda e multa componha o FPM/FPE:

# *Superior Tribunal de Justiça*

Art. 8º Sobre o valor do imposto apurado na forma do art. 6º- incidirá multa de 100% (cem por cento).

§ 1º A arrecadação decorrente do disposto no caput seguirá a destinação conferida ao imposto previsto no art. 6º, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios."

Posteriormente, o Presidente da República vetou o § 1º do artigo 8º pelas seguintes razões:

Razões do veto "Em razão da natureza jurídica da multa devida em decorrência da adesão ao Regime, sua destinação não deve ser necessariamente a mesma conferida à arrecadação do imposto de renda."

Em virtude de veto presidencial praticado pelo seu agente político máximo, a União deu causa a numerosas de ações em todo o País. O litígio somente foi solucionado com a edição da Medida Provisória 753 de 19.12.2016, que restabeleceu o direito assegurado no § 1º do art. 8º da Lei 13.254/2016. Isso decorreu de uma grande negociação entre o Poder Executivo da União e Governadores de Estado, como se lê no site do Planalto/Presidência da República de 20.12.2016:

(...)

Veto presidencial não é ato legislativo abstrato. Desse modo, tendo a União/ré dado causa ao ajuizamento da presente ação, deve pagar a verba honorária, nos termos do art. 85, § 10, do NCPC ('Nos casos de perda de objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo').

'Fato novo' a que se refere o art. 493 do NCPC é aquele constitutivo, modificativo ou extintivo do direito que possa influir no julgamento do mérito (art. 487). Nada tem a ver, portanto, com verba honorária decorrente de extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485/VI)" (fls. 709/710e).

Do exposto, constata-se que o Tribunal de origem adotou orientação em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual, a extinção do processo sem resolução do mérito, em decorrência da perda superveniente do objeto da ação, não exime a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda da condenação em honorários advocatícios.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FPM. MULTA DO ART. 8º DA LEI N. 13.254/16. EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. PRETENSÃO SATISFEITA. PERDA DO OBJETO.

CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CONDUTA EXTRAPROCESSUAL DA UNIÃO. NECESSIDADE DA AÇÃO NO TEMPO DO AJUIZAMENTO. CABÍVEL A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

I - O presente feito decorre de ação objetivando a inclusão do montante arrecado pela demandada, a título de multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/16, na base de cálculo das transferências constitucionais constantes nos arts. 159, I, b, d e e (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) e 160, caput, da CF e art. 1º, parágrafo único da LC n. 62/89, bem como que seja depositada em Juízo a importância respectiva devida ao Município. Na sentença, extinguiu-se o processo sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, condenando-se a União ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o proveito econômico perseguido pelo Município. No Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a sentença foi reformada para afastar a condenação da União em honorários.

II - No que concerne à suposta violação do art. 85, § 10, do CPC/2015, percebe-se que o Tribunal de origem, à fl. 332, ao ponderar acerca da aplicação do princípio da causalidade, atestou que 'a pretensão autoral apenas passou a ter amparo legal com a edição da Medida Provisória n. 753/2016, de maneira que a atuação da União era legítima, por observar o princípio da legalidade', concluindo, em seguida, que 'não se pode dizer que ela deu causa ao ajuizamento da demanda, sendo indevida a condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 10, do CPC'.

III - Segundo entendimento desta Corte, em casos idênticos a este é cabível a condenação em honorários, levando-se em consideração o princípio da causalidade. Indica a jurisprudência que: 'se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo'. Nesse sentido: REsp 1777160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 01/03/2019; AgInt no REsp 1721327/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019.

IV - Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial

determinando que a verba advocatícia seja fixada na liquidação na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015" (STJ, AgInt no REsp 1.781.362/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/05/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.

1. Inexiste violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.
2. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade.
3. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, condenando a União ao pagamento da verba advocatícia.
4. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo. Precedente.
5. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.782.078/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2019).

No caso dos autos, conforme asseverado na sentença, a MP 753/2016 autorizou a inclusão da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, restando atendida a pretensão da parte autora, até então resistida, por ato superveniente da União, que deverá arcar com os ônus sucumbenciais, diante do princípio da causalidade.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015

I.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

